



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº 3038/2026

Aos vinte nove dias do mês de abril de dois mil e vinte seis, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, de forma híbrida, através da plataforma virtual Zoom, e na sede da SMAMUS, sob a presidência de **LUIZ ANTÔNIO MARQUES GOMES**, Presidente Interino e representante da Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS:

Andréia Teixeira Camisa (1ª Suplente) e Rogério Gustavo De Los Santos Ferreira (2º Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Sônia Castro (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Daniel Tochetto (1º Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS**; Fernanda Brito da Silveira (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDET**; Débora Carla Postinger (Titular), **Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI**; Bruno Beltrame de Oliveira (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV**; e Eber Pires Marzulo (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:

Jussara Kalil Pires (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Fernando Campos Costa (Titular), **Amigas da Terra**; Ricardo Vellinho Ruschel (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Lisandra de Lucena (1ª Suplente), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; Maurício Fernandes (Titular), **OAB/RS**; Paulo Bins Ely (Titular), **CRECI**; Diogo Ferreira Schiaffino (Titular), **SERGS**; e Jorge Larre Lopes (Titular), **STICC**.

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Vanessa Silva Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

32 Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP.**
33 **3;** Paulo Eduardo Francisco Gadea (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro –**
34 **RGP. 4;** Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Antônio Bertaco (1º Suplente), **Região de**
35 **Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6;** Eldir José Gazzola Antonini (2ª Suplente), **Região**
36 **de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8;** e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular),
37 **HOCDUA - Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e**
38 **Ambiental.**

39 **SECRETARIA EXECUTIVA:**

40 Gabriela Brasil, **Secretaria Executiva da SMAMUS;** e Patrícia Costa, **Taquígrafa/Tachys**
41 **Graphen.**

42 **PAUTA:**

43 **1. Abertura;**

44 **2. Comunicações;**

45 **3. Apresentação Equipe DPU: Esclarecimentos Plano Diretor.**

46 Após a conferência de *quorum* o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, às 18h07min.

47 **1. ABERTURA**

48 **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP.**

49 **6:** Boa noite, conselheiros. Hoje, convocado pelo Presidente, estamos aqui para tocarmos a
50 nossa reunião. Germano está com uma agenda muito complicada hoje, que está cheio de
51 secretários de municípios de todo o Brasil aqui em Porto Alegre, e a ideia dele era vir, ao
52 menos abrir, mas não teve como. O primeiro vice também está com um compromisso há
53 muito tempo já agendado que não estaria cá. Então, estamos aí para tocar essa nossa pauta que
54 a gente tem, que hoje vai ser a discussão do Plano Diretor. Uma discussão ampla, bastante
55 livre. Quem vai fazer esse trabalho, digamos assim, apresentar para nós e nos dar as respostas
56 que vocês questionarem, é a arquiteta Patrícia, que está do meu lado, e a Vaneska de casa,
57 remotamente. Então, eu pediria para a nossa secretária fazer a chamada. Durante a chamada,
58 vamos fazer as inscrições, certo? Aí, depois das inscrições, nós vamos para a apresentação.
59 Comunicações primeiro. Nós vamos ter comunicações e depois da comunicação, a
60 apresentação da equipe, daí com a Patrícia e a Vaneska. **Gabriela Martins Brasil (Secretária**
61 **Executiva), SMAMUS:** Posso, Presidente, então? Boa noite, conselheiros. Então, vamos à
62 chamada. Se por acaso alguém não for nominado, me avisa ali no chat e eu anoto aqui.



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

63 Presidente, por enquanto, só para deixar o senhor a par, nós temos 4 inscrições no período de
64 comunicações. Só vou marcar aqui o Conselheiro Emerson, que acaba de se inscrever, para
65 não perder a ordem. [Relação dos presentes na inicial]. Vamos ver as inscrições. O primeiro
66 inscrito, Presidente, foi o Conselheiro Felisberto; segundo, Jackson; terceiro, Daniel; quarto,
67 Emerson; quinto, Conselheiro Eber; e inscrito sexto, Conselheiro Fernando. Presidente, eu
68 encerro o período de comunicações? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de**
69 **Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Encerra. E ficamos com as seis inscrições. Vamos
70 para um bom debate. Até porque depois nós vamos fazer outro debate em cima das questões
71 do Plano Diretor, que vamos ter um pouco mais de espaço para fazer essa discussão.
72 Conselheiro Felisberto, 3 minutos.

73 **2. COMUNICAÇÕES;**

74 **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP.**
75 **1:** Primeiro, boa noite a todos e todas. É um momento importante para a nossa cidade em que
76 foi aprovado, e este será o tema da apresentação e da discussão hoje, o Plano Diretor. É triste
77 porque havia emendas que não descaracterizavam o projeto e que não foram aprovadas pela
78 Câmara de Vereadores. O Fórum de Entidades, que é um fórum constituído, está na lei, foi
79 totalmente desrespeitado. Porque o Fórum não era um conjunto de pessoas que eram oposição
80 ao que estava sendo proposto, mas eram pessoas que tinham propostas para qualificar e
81 preocupadas com a aplicação desse plano. E uma das emendas que não foi aceita é a proteção
82 do sul e extremo sul. Então, se fala tanto em investimento para contenção das cheias, e a
83 emenda que é a proposta para resolver esse problema, ela é rejeitada. E os argumentos que são
84 usados são os mais difíceis, que é para não caracterizar obrigação ao poder municipal.
85 Pombas, o poder municipal tem compromisso. A zona sul e extremo sul está na cidade de
86 Porto Alegre. Quando interessa ao governo, busca-se financiamentos. Tanto aí que nós temos
87 7 bilhões para ser aplicado no tal Poa do Futuro, e que desde já eu peço que esse conselho
88 tenha a oportunidade de debater o que está sendo proposto, porque parece que esse dinheiro a
89 prefeitura está bancando e usando a contrapartida para fazer as demandas do OP. Então me
90 parece que é uma superposição de recursos e de uma certa, eu vou até usar uma palavra suave,
91 enganação. Porque não é possível que a prefeitura use as demandas do Orçamento
92 Participativo com recurso da contrapartida e com recurso de financiamento. Então, me parece
93 uma superposição de recursos e que a sociedade não debate. A cidade não sabe, as regiões não



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

94 sabem o que são as obras de contenção em determinadas e o que vai ocasionar essas obras de
95 contenção. Parece que tudo se resolve pela técnica, e não é bem assim. A técnica tem
96 importância, mas a técnica falha. Então, é necessário fazer com que a população participe
97 ativamente e que tenha conhecimento do que está sendo feito na sua região. Então não dá para
98 dizer: "Ah, é uma questão só técnica". Não! A população conhece a região muitas vezes
99 melhor do que o técnico, porque o técnico não vive ali e não se adapta. Se fala tanto em
100 resiliência, mas quem tem resiliência há muito tempo é a população da periferia, e que propôs
101 soluções que muitas vezes o argumento é que não tem recurso, que não é possível com a
102 técnica. Aí passado um ano, vem um iluminado ou uma técnica dizer: "Não, nós achamos a
103 técnica". Não, a técnica já existia. Só não existe o compromisso de fazer junto com a
104 população. Ainda bem que nós temos as regiões, e já vou concluir, acho que estou no meu
105 limite. Então, as regiões de planejamento, elas têm um compromisso de reunir o seu fórum e
106 exigir que sejam discutidos no seu fórum o que está sendo proposto para a cidade, e não só
107 nós conselheiros ficarmos com a informação. Eu acho que tem que haver uma pulverização da
108 informação. Hoje mesmo teve um evento aqui na secretaria que eu soube por acaso, e eu sou
109 conselheiro do Plano Diretor. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão
110 de Planejamento Seis – RGP. 6:** Dando continuidade, Conselheiro Jackson. O Jackson pediu
111 para passar para o próximo. Então, o próximo é o Daniel. **Daniel Toschetto (1º Suplente),
112 Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Boa
113 noite. Eu me inscrevi para me apresentar, que é a minha primeira reunião, então,
114 representando a Metroplan. Eu sou arquiteto e urbanista, estou na Secretaria de
115 Desenvolvimento Urbano e Metropolitano e também na Metroplan, representando o governo
116 do Estado nos conselhos municipais. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de
117 Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boas-vindas aqui, Daniel. Tenho certeza que com a
118 experiência da Metroplan, tu vais contribuir muito com nosso debate aqui. Conselheiro
119 Emerson. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), OP-HOCDUA:** Boa noite, Presidente.
120 Boa noite, conselheiros. Quero colocar aqui a minha insatisfação na reunião passada, porque
121 quando iniciou-se os períodos de informes, eu pedi para me inscrever e não fui inserido nas
122 falas. Então, isso é muito chato. E a gente sabe que todas as reuniões, por exemplo, nós que
123 acompanhamos as reuniões do Orçamento Participativo, o período de informes se fecha após
124 a primeira fala. Até porque as pessoas às vezes têm algum ponto da pauta ou da fala inicial



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

125 que estimam comentarem ou falarem algo junto ao período de informes. Em relação às
126 apresentações, comentando já das apresentações que a gente teve, como exemplo, o Quarto
127 Distrito na última reunião, a gente vê também um descaso muitas vezes, porque as
128 apresentações são apresentadas em outros eventos, outras atividades, e o Plano Diretor fica
129 muitas vezes por último, ou o CMDUA, nessas apresentações. Todo mundo está sabendo,
130 menos o CMDUA. Então, está acontecendo muito isso. E também quero colocar aqui como
131 pauta, não sei se vai ser apresentado hoje, a distribuição das regiões de planejamento, como é
132 que vai ficar essa distribuição e esse desenho de território, para a gente trabalhar juntamente
133 ao CMDUA. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**
134 **Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Conselheiro Emerson. Na continuação, Conselheiro
135 Eber. **Eber Pires Marzulo (Titular), UFRGS Universidade Federal do RGS:** Boa noite,
136 Presidente. Boa noite, conselheiros. Na realidade, a minha fala vai no sentido de um aspecto
137 que apareceu nos nossos últimos encontros. Eu até lembro de, numa comunicação, ter
138 colocado o problema, e a partir disso, vários conselheiros, pelo menos desde que eu
139 acompanho o funcionamento deste conselho, se manifestaram a respeito da alteração do plano
140 aprovado na Câmara de Vereadores, mas que ainda depende da sanção do Prefeito, que
141 modifica e tira o sentido histórico deste conselho, instalado desde 1979, tanto do ponto de
142 vista das suas atribuições, quanto do ponto de vista da sua composição. E me parece muito
143 grave que isso tenha sido proposto e, mais ainda, tenha sido aprovado na medida em que tira
144 um espaço definido na própria estrutura de funcionamento da questão do planejamento urbano
145 na cidade desde o PDDUI de 1979, e que remete a uma longa tradição. Enfim, eu venho da
146 universidade, há teses, há dissertações que discutem a particular relevância na história do
147 funcionamento da Prefeitura de Porto Alegre de conselhos da sociedade, sendo este aqui um
148 conselho particularmente relevante e um momento de discussão e de deliberação em que as
149 decisões deixam de ser de governo, como me parece é o correto, e passam a ser decisões de
150 Estado, porque dependem da aprovação da sociedade civil. Em que pese a respeito do assunto,
151 já tenhamos algumas manifestações favoráveis à atual composição, ela me parece uma
152 composição problemática do ponto de vista de uma instância de discussão e deliberação da
153 sociedade civil sobre o planejamento da cidade, dado o peso, em meu entender, demasiado da
154 própria administração pública municipal, do próprio governo. Mas, todavia, a proposta
155 colocada, ela é particularmente ofensiva à própria importância da história desse conselho,



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

156 porque ela parece entender, a proposta do plano, entender que esse conselho é absolutamente
157 inócuo, sem relevância, sem importância para a cidade, e assim, propondo uma composição
158 de 50% mais um de membros da prefeitura de Porto Alegre, incluindo aí a presidência, e
159 tirando o seu caráter deliberativo. Vou fazer minhas as palavras do arquiteto João Gomes que
160 hoje preside a sessão e dizer que sim, a Metroplan tem um papel histórico extremamente
161 relevante e, aliás, a Metroplan tem assento desde 79. O assento da União, que eu ocupo como
162 representante da UFRGS, é desde da elaboração do plano de 99, e que são, estritamente
163 independente das questões, das discussões do período de quem esteja na sua representação,
164 aquelas entidades que podem trazer uma qualificação técnica, científico-acadêmica ou
165 estritamente técnica, no caso da Metroplan, para as decisões deste conselho. Então, gostaria
166 de chamar a atenção da minha preocupação e de que, enfim, infelizmente nós estamos
167 fazendo a discussão sobre o plano que incide diretamente neste conselho após a aprovação na
168 Câmara de Vereadores, o que me deixa muito preocupado. Obrigado, Presidente. **Luiz**
169 **Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP.**
170 **6:** Obrigado pelas observações, Conselheiro Eber. Próximo inscrito, Conselheiro Fernando.
171 **Fernando Campos Costa (Titular), Amigas da Terra:** Boa noite a todos e todas. Mais uma
172 vez, fazendo uso deste momento de comunicações, neste dever quase que obrigatório de ter
173 que fazer uma fala do contraditório que é este conselho, que é esta prefeitura e que é essa
174 Câmara de Vereadores, onde a gente está tendo a aprovação irrestrita do Plano Diretor. E
175 trazer alguns elementos, algumas situações que é importante que sejam documentadas até para
176 que fique na história. Então, esse esforço do Prefeito de tirar a responsabilidade da
177 inoperância nesses dois anos de enchente, trocando como se simplesmente a palavra fosse
178 alterar a inoperância de obras emergenciais para obras imediatas. Ela realmente brinca com a
179 inteligência do cidadão porto-alegrense de forma escancarada, como tem sido feito o discurso
180 das tecnologias trazidas de fora ou das assessorias trazidas de fora e não o uso, e até
181 aproveitar a fala anterior da Metroplan e da UFRGS. Essas duas entidades que deveriam fazer
182 parte do conselho eleitoral, que é uma das justificativas dos problemas que a gente teve nessa
183 composição desse conselho, onde simplesmente a Prefeitura decidiu quem era e quem não era
184 de direito a ser votado e não a participação tanto da Metroplan quanto da UFRGS, que não
185 estariam na votação para compor o conselho eleitoral. Espero que a próxima eleição isso seja
186 corrigido e ainda a gente tem que recorrer a questão judicial por alguns elementos dessa



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

187 autoridade, essa ditadura que a Prefeitura decorre. Então, acho que é importante que a gente
188 veja que hoje Porto Alegre vive uma ditadura da burguesia, uma ditadura do setor
189 empresarial, do setor corporativo, que captura a prefeitura. Uma Prefeitura que é totalmente
190 entregue aos interesses, e isso é demonstrado quando o conselho, o próprio Plano Diretor é
191 apresentado, ou obras do Quarto Distrito, do Centro, são apresentados primeiro aos
192 empresários e depois ao conselho. É por isso. Então, acho que é importante qualquer
193 discussão de clima climática hoje no mundo, mais do que a técnica, é escutar a população,
194 escutar a experiência da população, escutar os mais velhos, escutar os conhecimentos
195 ancestrais. Isso é base para qualquer discussão climática hoje no mundo. Porto Alegre passa
196 por cima disso, e esse tecnicismo excludente coloca como se a técnica não fosse também
197 politizada. A técnica é politizada e ela gera impactos políticos. É importante que essa falsa
198 polêmica não venha a decorrer e que os técnicos realmente tenham esse cuidado para não ficar
199 numa situação tão exposta, porque a técnica realmente a gente pode ver que é muito ampla as
200 possibilidades. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**
201 **Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Fernando. Na sequência, Conselheiro Jackson.
202 Jackson, se tu não conseguir, pede ajuda para os universitários. Eu não consegui arrumar o
203 microfone. **Jackson R. Santa Helena de Castro (Titular), RP. 3 Região de Gestão de**
204 **Planej. Três:** Boa noite a todos, a todas e a todes. Consegui, reiniciei o computador aqui de
205 leve. Deixa eu dizer o seguinte: eu estou no interior do Estado, e o que acontece? Eu concordo
206 com o Fernando, nós estamos numa ditadura mesmo, até onde uma faixa numa sacada vira
207 investigação da Polícia Federal neste país. Mas, enfim, agradecer por este momento. Eu acho
208 que foi bonito, embora alguns discordem, mas a gente fez aí, desde 2019, quem já estava
209 neste conselho, participou das discussões nas regiões, com audiências. Na minha região teve
210 uma participação muito positiva das comunidades, no Colégio Liberato Salzano Vieira da
211 Cunha. E eu sinto com muito orgulho de ter participado deste momento, desta revisão tão
212 importante para a nossa cidade. Eu acho que temos que avançar muito ainda. Nós temos muito
213 trabalho pela frente. A partir de amanhã começa mais uma etapa na Câmara de Vereadores.
214 Estarei presente novamente lá amanhã. E era isso. Desejo, Gomes, um sucesso na tua direção
215 junto a esta nossa reunião de hoje. Obrigado, um abraço. **Luiz Antônio Marques Gomes**
216 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Jackson.
217 Conselheiros, o que a gente pode lembrá-los, e eu acho da maior importância, é o respeito



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

218 pelas instâncias deliberativas. Nós tivemos um período de discussão da revisão do plano, eu
219 nunca tinha visto. Eu estou na revisão, eu estou nesse plano diretor, estou com 42 anos de
220 formado em arquitetura, trabalhando aproximadamente 45, que eu trabalhei durante todo o
221 meu estágio em escritório de arquitetura. Sempre gostei muito de planejamento urbano, apesar
222 de não ser a minha área principal, e acompanhava as revisões do plano diretor, acompanhava
223 de longe. Na década de 90 ali, 97, 98, eu estava no DEMHAB, eu era conselheiro do
224 DEMHAB. E a revisão do plano diretor naquela época só passava como notícia para nós,
225 conselheiros. Vai fazer uma comparação daquilo com o que a gente teve hoje, mais de 200
226 reuniões. A minha região trabalhou bastante. Quem quis trabalhar, quem foi nas reuniões,
227 lembra, Patrícia, a primeira oficina lá, a maior oficina foi na minha região, na Região 6. O
228 Felisberto teve reuniões interessantes. Eu me lembro uma reunião que eu fui do Felisberto na
229 praça ali da Cidade Baixa. Fantástico. Ou seja, houveram muitas e muitas oportunidades. Não
230 tivemos mais oportunidades porque a judicialização sempre esperneando por um lado ou por
231 outro. Eu inclusive tive a oportunidade numa ocasião de dizer quando a promotora Débora era
232 responsável pela área de urbanismo, que ela era o nosso grande bicho papão, quando a gente
233 ia lá no Ministério Público, porque o pessoal perdia as votações dentro do conselho e: "Vamos
234 para o Ministério Público!". E agora de novo, estão armando tudo, vai para o Ministério
235 Público, vai ser discutido judicialmente, porque, infelizmente, a prática da democracia é a
236 aceitação da derrota, coisa que não acontece muitas vezes nas instâncias dos lugares que a
237 gente queria. Por exemplo, agora nós estamos fazendo uma discussão numa instância que a
238 gente precisa respeitar, que é a Câmara de Vereadores, onde os vereadores foram eleitos pelo
239 voto popular, estão lá. O que tem lá? Tem uma disputa de posições lá dentro que a sociedade
240 colocou lá, democraticamente. O que está saindo de lá? Está saindo um plano diretor
241 concordado pela maioria que tem lá e consegue os votos para, digamos assim, concordar,
242 compreender, defender esse plano que foi apresentado pela equipe da Prefeitura. Então, nós
243 estamos no pleno exercício da democracia. E a gente sabe que não vai ser aceita essa derrota,
244 que não é uma derrota, é uma construção, na verdade, mas essa, entre aspas, derrota, vai ser
245 judicializada. Infelizmente. Espero que não demore muito as coisas por lá e a vida continue.
246 Bom, meus conselheiros, finalizadas as comunicações, nós vamos fazer uma apresentação
247 pela Patrícia, bem sucinta, do que seria assim o que nós fizemos de discussão no plano diretor
248 até então. Eram quatro, viraram seis. A quinta foi promovida por nós, conselheiros, que



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

249 demos a sugestão, e foi inclusive presencial aqui. Então, eu coloco à disposição da Patrícia.
250 Vaneska vai te ajudar também, Patrícia? **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), SMAMUS**
251 **Sec. Mun. do Meio Amb. Urbanismo e da Sust.:** Na apresentação não, mas nas respostas,
252 na discussão em si.

253 **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP.**
254 **6:** E aí depois nós vamos abrir para a discussão. O formato que eu discuti aqui com a Patrícia,
255 vamos dar 5 minutos por manifestação. E vendo como é que as coisas vão acontecendo,
256 provavelmente no final, a Vaneska e a Patrícia deem as respostas e fazem as discussões. Caso
257 ocorra alguma coisa muito importante, que a gente pode entrar no consenso aqui, de ter que
258 fazer alguma intervenção e discutir alguma coisa nesse meio, mas em princípio é isso. Os
259 conselheiros vão fazer as suas colocações e Vaneska e Patrícia fazem os comentários, debates
260 e respostas. Então, por favor.

261 **3. APRESENTAÇÃO EQUIPE DPU: ESCLARECIMENTOS PLANO DIRETOR.**

262 **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Meio Ambiente,**
263 **Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite, conselheiros. Obrigada pela
264 presença. Depois de um bom tempo que eu não estou presente nas reuniões, enfim, agora
265 tenho a oportunidade de discutir, ouvir um pouco de vocês a respeito do Plano Diretor. Eu
266 vou fazer uma breve apresentação só para colocar um contexto. Eu esqueci de atualizar a data
267 aqui na apresentação. Mas, eu queria só dar um contexto das etapas que a gente cumpriu e do
268 que chegou até aqui. Só lembrando que nosso processo teve início lá em 2019, enfim, tivemos
269 um longo processo ali, como bem o Gomes lembrou, das reuniões lá com a doutora Débora,
270 ainda nesse período inicial pré-pandemia. Depois da pandemia, efetivamente, então, demos
271 essa continuidade a todos esses processos participativos que tivemos um relacionamento
272 especial com os conselheiros das regiões de planejamento, principalmente aqueles que sempre
273 que nos demandaram, a todo momento, sempre que nós recebemos a demanda, nós fomos às
274 comunidades, não só os conselheiros, mas também muitos delegados do orçamento
275 participativo nos acionaram também e nós fomos nas regiões conversar com comunidades,
276 associações de bairro, enfim, com todos aqueles, qualquer um que teve e que quis conversar
277 um pouco, que quis fazer essas contribuições, nós sempre estivemos abertos. E sempre
278 fizemos essa manifestação aqui no próprio conselho público para que, enfim, que nós
279 estávamos à disposição. Então, seguindo todo o rito, não vou explicar tudo porque, enfim,



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

280 vocês participaram de todo o processo, mas só relembrando que a última etapa que nós
281 tivemos juntos aqui, a partir do Plano Diretor, foram as contribuições. Então, o fechamento lá
282 pela Instrução Normativa que vocês aprovaram. Então, nós recebemos, explicando toda a
283 proposta do Plano Diretor de forma bem detalhada durante quatro reuniões, que foram
284 realizadas de forma mista, presencial e online. A gente fez a apresentação, recebemos
285 discussões, e durante esse período também, a nossa equipe esteve à disposição de todos os
286 conselheiros que quisessem fazer suas contribuições, reuniões. A gente ficou num formato de
287 plantão. Alguns conselheiros efetivamente fizeram essas contribuições, e aí a gente buscou
288 receber essas contribuições que foram recebidas para fechar esse resultado, então, que foi
289 compilado e organizado para a apresentação na audiência pública. Depois, previamente à
290 divulgação da audiência pública, que foram ali 30 dias, nós recebemos contribuições, até acho
291 que foi um pouco mais de 30 dias. Nós recebemos contribuições via online, muitas
292 contribuições foram recebidas e também recebemos contribuições bem objetivas na audiência
293 pública, onde então nós fizemos essa compilação de todas as contribuições e aí tivemos essa
294 segunda versão já ajustada com as contribuições finais da sociedade e encaminhamos para a
295 Câmara de Vereadores. E aí é o momento que nós estamos, na etapa legislativa. O PEDUUS
296 foi aprovado na semana passada e nessa semana, então, vamos iniciar a votação da lei de uso
297 e ocupação do solo. A Diretoria de Planejamento tem estado na Câmara de Vereadores, ali
298 prestando o assessoramento técnico. Então, a gente sempre fica à disposição dos vereadores e
299 suas assessorias, que quisessem tirar dúvidas. Enquanto não estão, a gente segue fazendo o
300 nosso trabalho ali numa sala anexa. Então, nesse momento, sabendo que o trabalho, enfim, o
301 protagonismo hoje está com o poder legislativo, que nós estamos só de apoio nesse momento,
302 a gente está aqui, então, para fazer esclarecimentos técnicos que vocês entenderem
303 pertinentes. Claro, agora é o momento de debate, como bem o Gomes falou, mas a gente vai,
304 como a nossa equipe é uma equipe eminentemente técnica, nossos esclarecimentos vão ser
305 nesse aspecto, nos termos técnicos. Então, era só isso. Eu queria agradecer e fico à disposição.
306 Obrigada. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento**
307 **Seis – RGP. 6:** Perfeito. Abrimos o período de inscrição. Nós não vamos fechar o período de
308 inscrição. Só vamos fechar em função mais de horário, talvez. Mas, em princípio, ele está
309 aberto para iniciarmos aí o debate sobre a revisão do Plano Diretor. Temos dois conselheiros
310 inscritos. Primeiro é o Conselheiro Felisberto. Segundo Conselheiro Eber. 5 minutos,



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

311 Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de**
312 **Planejamento Um – RGP. 1:** Tá bom. Bom, apenas para retomar a verdade e não dizer que
313 alguns conselheiros ou a sociedade se rebelou e procurou o que é justo e o que é legal,
314 defender os interesses que estavam sendo contrariados, independente de opiniões diversas.
315 Então, procurar o Ministério Público, que muitas vezes foi inoperante, não tenho medo de
316 dizer isso, porque muitas vezes nós alertamos desde o início desse processo o que vinha
317 ocorrendo e sempre era arquivado. Aí o procurador do Ministério Público, o Cláudio Gari,
318 como é responsável pela questão administrativa, contrataram dois arquitetos que elaboraram
319 uma análise do que foi apresentado. E quando nós suspendemos as atividades do CMDUA,
320 não foi porque nós éramos contrários ao plano. Não. Nós queríamos mais discussão do plano,
321 que fosse feitas audiências públicas nas regiões de planejamento, que não foram feitas. Então,
322 isso não é faltar com a verdade, não é querer contribuir com o processo. Eu participei de todas
323 as atividades como conselheiro. E muitas vezes solicitei a presença da Patrícia na RGP 8 e ela
324 não foi. Tem documentos provando isso. Infelizmente, não foi. Talvez porque teria que ser
325 questionado, teria posição que incomodasse. Isso não é nenhum problema. Eu fui eleito
326 também. Diga-se de passagem, numa eleição memorável para quem passou lá até 1 hora da
327 manhã para me eleger, eleger o Paulo Vaniéri e a Manuela. Numa noite de um calor imenso e
328 as pessoas lá para eleger eu como primeiro conselheiro, a Manuela e o Paulo Vaniéri como
329 suplentes. Então, a minha pergunta é básica, Patrícia: tu sabe que eu sou um defensor
330 intransigente da regularização. E eu acho que este plano, e eu alertei, é só procurar nas atas
331 deste conselho, alertei que muitas das regras hoje do plano vão inviabilizar a regularização.
332 Não inviabilizar. Desafio-me a dizer que não é. Não inviabilizar, tipo que vão, são
333 comunidades que vão ser oprimidas pela especulação imobiliária, já estão sendo, como é o
334 Quilombo do Kedi, que foi aprovado neste conselho com parecer contrário deste conselheiro.
335 Então, a memória deste conselho tem que ser vista. Então não é eventual: “ah, nós somos
336 contra o plano”. Não. Nós somos contra a não identificação dos quilombos. Não basta dizer
337 que está no anexo, tem que estar na lei, tanto no plano como na lei de uso e ocupação do solo.
338 Não me venha com essa que tem que estar no anexo. Anexo não quer dizer nada. E mais, nós
339 do conselho não teremos nenhuma importância a partir de agora com a aprovação da lei do
340 uso e ocupação do solo. Nós faremos, e o Eber foi muito feliz, nós seremos um objeto
341 decorativo. Quem vai dominar é a técnica e o mercado. Então, nós não somos contra o



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

342 mercado, agora o mercado não pode estar acima dos interesses coletivos. É essa a discussão.
343 Pode chamar que é ideológico. Sim, é ideológico, porque a ideologia do mercado é uma
344 ideologia ou não é? Então, parece que nós somos idiotas, um bando de idiotas que falam em
345 ideologia, mas o plano é ideológico, defende uma lógica. Quanto tempo falta? Tá bom,
346 obrigado. Então vou concluir. Então, a lógica de mercado é uma lógica que defende uma
347 ideologia. Nós também temos ideologia e temos política para a cidade. Nós queremos
348 primeiro resolver a cidade real, e não a cidade imaginária ou ideal. Imagino, vamos aumentar,
349 vamos adensar a cidade, porque isso vai dar qualidade de vida. Não vai dar. E tem uma
350 imagem, eu espero que mostre a imagem que abriu a apresentação para vocês verem a beleza
351 que é a cidade hoje. Eu quero que mostre essa imagem porque eu quero que fique gravado na
352 minha fala. Não tenho como fazer, infelizmente eu não tenho. Mostra aquela imagem que
353 abre. Ali é a imagem que demonstra o que é a cidade hoje. A cidade preserva os seus morros.
354 Então, nós vamos perder a nossa identidade, as características dos bairros e será uma cidade
355 muito triste. Obrigado. Me inscrevo se tiver oportunidade. **Luiz Antônio Marques Gomes**
356 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Conselheiro
357 Felisberto. Segundo inscrito, Conselheiro Eber. **Eber Pires Marzulo (Titular), UFRGS**
358 **Universidade Federal do RGS:** Bem, me parece que é uma primeira grande questão, é a que
359 eu tratei nas comunicações. Acho que este conselho deveria se manifestar a respeito da
360 proposta aprovada. Acho que do ponto de vista de efeito de uma ação desse tipo, há um
361 prejuízo, mas do ponto de vista institucional, me parece que é um momento adequado, antes
362 da sanção do prefeito da lei, de que o conselho se manifeste a respeito do que está proposto na
363 lei agora aprovada sobre o funcionamento e a composição do conselho. Se trata
364 explicitamente de um conselho que tem 50% mais um dos representantes da própria, do
365 próprio governo, o que não faz nenhum sentido para a história e para a proposta de
366 funcionamento deste conselho, mas para a própria história dos conselhos na cidade de Porto
367 Alegre, do próprio sentido dos conselhos no interior do funcionamento do Estado brasileiro. É
368 uma característica do Estado brasileiro pós-1988. Os politólogos, cientistas sociais de vários
369 lugares do mundo discutem essa experiência de estruturação de Estado. E Porto Alegre, em
370 alguma medida, o Rio Grande do Sul já tinha uma tradição remota, que remonta ao início do
371 século XX, particularmente das decisões em relação à cidade. Então, me parece que essa é
372 uma questão bastante grave, o esvaziamento do conselho, a mudança do seu caráter e a sua



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

373 composição que não vai mais ter o sentido de um filtro para as decisões a respeito da cidade
374 através da expressão da sociedade civil. E esse é, historicamente, o sentido deste conselho.
375 Ele vai virar um conselho praticamente administrativo de um funcionamento administrativo.
376 Aliás, parecido com muitas dessas reuniões que nós em muitos momentos temos aqui, com
377 muito pouca discussão, com muito pouco debate, com muita, com muito pouca elaboração no
378 sentido de contribuir para a discussão a respeito das decisões urbanas e de planejamento
379 urbano trazidas ao conselho, em geral, pelo governo municipal, mas não só. E nos tornamos,
380 em grande parte dos casos, carimbadores, carimbadores de processo, para o que a prefeitura
381 tem uma estrutura. Aliás, parte dessa estrutura está dentro do conselho em vários
382 representantes, o que não faz sentido. Me parece que é meio claro, não faz sentido ter um
383 conselho que deveria funcionar como uma expressão da sociedade civil para discutir e
384 deliberar sobre as questões que incidem na cidade a partir das ações de governo, composto
385 seja em um terço, seja na metade mais um agora, por membros do próprio governo, ou seja,
386 do próprio proponente. Não faz sentido do ponto de vista da história do conselho, do sentido
387 dos conselhos, do que está estabelecido inclusive no marco regulatório. Uma outra questão
388 que eu acho que deve nos preocupar ainda como parte deste conselho é o que já está sendo
389 anunciado sobre os problemas legais e assim, me desculpem os técnicos da prefeitura.
390 Alguém aqui fez a chamada em algum momento para o discurso técnico, a competência do
391 discurso técnico. Eu acho que a Vaneska, como arquiteta, tem todo o direito de problematizar
392 as questões jurídicas. Mas há já um tratamento sobre problemas jurídicos, legais, em relação à
393 legislação superior à qual o plano está subordinado, na proposta aprovada. Então, assim, me
394 parece que esse é o tipo de coisa que, feito um processo de participação democrática, que eu
395 não vou me ater aqui, mas que, enfim, é uma das questões que é trazida pelo âmbito que trata
396 do mundo jurídico das questões urbanas, mas nós aqui é que deveríamos estar fazendo, tendo
397 esse cuidado no encaminhamento de uma proposta de lei que é, pela Constituição Federal, a
398 segunda lei mais importante dos municípios que são obrigados a ter Plano Diretor. A primeira
399 são as LOMs e a segunda é o Plano Diretor. Ou seja, uma legislação com essa relevância, com
400 um conselho instalado com essa composição, não foi discutido aqui no conselho e tendo esses
401 avisos que vêm do mundo particular do Ministério Público sobre problemas legais no
402 funcionamento e na proposta, na constituição da elaboração e da proposta estrito senso do
403 plano. Tenho muitas questões, muitas questões a respeito do plano, li o plano, acho que se



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

404 perdeu uma grande oportunidade de usar aquela última audiência como uma primeira
405 audiência. Mais de 2.000 pessoas inscritas, pessoas não podendo entrar, para que ele tivesse
406 uma capilaridade. Era óbvio que ali tu tinha um sentido de pouca discussão, mas isso se
407 perdeu. Não vou entrar nisso. Para mim a grande questão é o papel desse conselho na
408 discussão do plano e a proposta sobre o funcionamento e a composição deste conselho na
409 nova legislação. Me parece grave e eu sugiro que este conselho tire uma nota para o gabinete
410 do prefeito em relação à proposta aprovada na Câmara dos Vereadores sobre. **Luiz Antônio**
411 **Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado,
412 Conselheiro Eber. Obrigado. Na sequência, Conselheira Jussara. **Jussara Kalil Pires**
413 **(Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Boa
414 noite a todos. Aqui, eu queria fazer algumas pequenas colocações e estou vendo
415 manifestações expressas aí da Vaneska e da Patrícia, eventualmente, mas principalmente da
416 Vaneska, em relação, um questionamento, por que estão se cobrando tanto a participação, se
417 foram feitas tantas reuniões. E é verdade, acho que foram feitas. Muito parabênz até a
418 disposição de estar presente em tantos eventos, de terem sido feitas tantos encontros, tantos
419 projetos. Só que não adianta, não é número. Muitas vezes o que falta é a qualidade, é o
420 retorno, é dizer: foram feitas nessas e tais participações, manifestações a favor disso ou contra
421 aquilo e tal. E a resposta que o projeto de lei, não é um plano etéreo, o projeto de lei atendeu
422 tais reivindicações assim e assado, não atendeu outras por tais e quais motivos. Então esse
423 tipo de retorno, ele também é uma necessidade. Aí, também, eu gosto... agora há pouco eu vi
424 a manifestação ali da Vaneska, questionando quem não pôde entrar em relação à audiência
425 pública. Então eu quero deixar assim bem claro, o representante da ABES não pôde entrar na
426 audiência pública aquela lá, porque chegou 15 minutos depois. Foi barrado, inclusive,
427 ostensivamente, ele não foi o único. Então, assim, é qualidade, não é número de eventos, é
428 qualidade no tratamento das pessoas que participam e no retorno ao que foi colocado. Então
429 eu acho que isso é importante. Mas eu gostaria aqui também de mencionar a questão da
430 participação, que também foi falado, no futuro conselho, da participação tanto da UFRGS
431 como representante do governo federal, quanto da Metroplan como representante do governo
432 estadual. A Metroplan sendo extinta, não seria a Metroplan, mas não interessa, um
433 representante do governo estadual para dar essa visão de região metropolitana é fundamental.
434 E isso foi retirado. Então assim, eu acho importante falar, e é isso que eu queria deixar aqui



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

435 claro, da excrescência que foi essa, o que ficou definido como sendo o novo conselho do
436 Plano Diretor. Isso não tem qualificação, é um absurdo. Eu acho que até faz sentido a gente,
437 como conselho, fazer uma manifestação para que conste, que seja levado ao prefeito na hora
438 em que ele tiver que fazer a definição, de homologar ou não, porque é absurdo que o conselho
439 tenha perdido o seu caráter deliberativo. Isso que o Eber colocou de que o conselho agora
440 passa a ser um conselho da Prefeitura com participação de quem se interessar por aplaudir ou,
441 quem sabe, gritar contra, porque vai ser isso que vai acontecer. Nós vamos ter a participação
442 da sociedade civil em que desta participação uma parte vai concordar, vai estar tudo acertado,
443 como é hoje, como é normal, como é parte da coisa. E um grupo que vai, de repente, dizer:
444 "Olha, isso eu não concordo", ou vai ficar gritando. Então, este conselho, acho que de tudo
445 que este plano está trazendo e que eu não concordo, a composição do plano, do conselho é
446 algo assim inominável. É um verdadeiro absurdo. Então, eu gostaria aqui de deixar expressa
447 essa minha manifestação, essa minha opinião. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular),**
448 **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Jussara. Na sequência,
449 **Conselheiro Jackson. Jackson R. Santa Helena de Castro (Titular), RP. 3 Região de**
450 **Gestão de Planej. Três:** Bom, eu discordo um pouco com relação aos colegas que citam de
451 que deveriam ter feito mais audiências. Na nossa Região de Planejamento 3, foram feitas
452 audiências na Santa Rosa, com oficinas, foi feita audiência no Liberato Salzano Vieira da
453 Cunha. Então assim, houve a abertura disso, houve divulgação. É importante citar isso.
454 Entendo que a secretaria, os seus meios de informação, Instagram, YouTube, etc. e tal, fez
455 esse trabalho. Então, eu acho um pouco injusto a gente colocar que não houve. E detalhe, vou
456 lembrar alguns colegas: quantas e quantas oficinas dentro dos grupos técnicos a gente fez e
457 nos grupos de regiões? Foram várias, não foi uma nem duas. Nós tínhamos reuniões
458 praticamente toda semana, numa terça-feira à tarde, numa quinta-feira à tarde, enfim. Não
459 participou quem realmente não pôde por algum motivo ou outro, mas houve a oportunidade,
460 sim. A gente tem que deixar isso claro. Tenho críticas com relação ao plano também, tenho, e
461 me preocupa um pouco isso que se colocou aí, que a Jussara colocou muito bem agora com
462 relação à composição, etc. e tal, e o Eber. Também me preocupa um pouco isto, mas não é
463 que a gente não pode jogar fora todo esse trabalho que foi feito até agora e muito menos
464 desmerecer o trabalho técnico das colegas que muito bem fizeram o trabalho até agora, desde
465 2019. Volto a dizer, esse trabalho não começou hoje. Acho que a Diretora Patrícia colocou



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

466 muito bem no início da nossa reunião, mostrando ali o mapeamento de tempo, uma linha de
467 tempo para lembrar e para os que não estavam aqui no mandato anterior, saber do que foi
468 feito. Isso não foi tirado de uma cartola de um dia para o outro. A gente construiu, sim. Na
469 minha região, a gente construiu propostas que estão ali dentro, estão contempladas dentro do
470 projeto. Era isso, Presidente Gomes. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular),**
471 **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Conselheiro Jackson. Muito
472 obrigado e, na sequência, então nós temos o Conselheiro Ricardo. **Ricardo Vellinho Ruschel**
473 **(Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA:** Boa noite a
474 todos. Eu acho que das várias divergências que nós temos aqui no conselho, cada um tem a
475 sua visão de cidade. Eu acho que tem um ponto que está todo mundo quase convergindo, é
476 exatamente essa a questão da composição do conselho. Realmente, isso foi algo que lá no
477 início, acho que até o Gomes alertou, depois o Jackão, enfim, uma série de outras pessoas, a
478 gente mesmo nas ODEB discutiu muito sobre isso. Então, eu acho que fica um pontinho ali,
479 uma questão, digamos assim, um ponto que acabou não satisfazendo, principalmente aqui ao
480 conselho. É, por outro lado, assim, eu entendo todo o esforço na pessoa da Patrícia e da
481 Vanesca nesse trabalho fantástico que vocês e os técnicos da prefeitura fizeram, mais uma vez
482 exaltar os técnicos que não são carimbadores de processo, vocês são técnicos que trabalham
483 para isso. Eu acho isso muito importante salientar. Só que assim, eu tinha uma expectativa um
484 pouquinho diferente da reunião de hoje, sabe? Eu achei que daqui a pouco vocês iam
485 apresentar mais em relação ao que que efetivamente mudou em função das emendas, como é
486 que vai se tornar o novo, digamos, as novas, o que que mudou em relação à lei. Não sei se é
487 possível fazer isso, talvez numa próxima reunião, porque, ok, acho legal mostrar a evolução,
488 mostrar o passo a passo, mas eu acho que para nós do conselho seria importante também
489 tentar fazer uma espécie do compilado, se possível, do que que efetivamente mudou, do que,
490 qual foi a emenda que mudou alguma questão mais substancial do plano diretor? Uma dúvida
491 que eu tenho, assim, que para mim é muito importante, mais do que ter um excelente plano
492 diretor, é a gente ter um sistema de gestão de planejamento muito forte, né? Aquilo que a
493 gente sempre comenta: dar autonomia técnica para essa secretaria, seja a partir de uma
494 secretaria de urbanismo ou um instituto, alguma coisa do gênero. Eu queria saber como é que
495 isso ficou, se teve alguma emenda que alterou isso, se isso foi discutido na câmara de
496 vereadores. Acho que seria muito importante vocês conseguirem colocar isso para o conselho



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

497 para a gente saber mesmo como é que, como é que vai vir esse texto. O prefeito vai fazer a
498 sanção, como é que ele está agora? Como é que está no geral? Mudou muita coisa, não
499 mudou? Acho que isso era importante a gente saber. Não sei se nesse primeiro momento
500 vocês vão poder fazer isso, mas sinceramente a expectativa que eu tinha dessa reunião era ter
501 essa espécie de acompanhamento. Está bom? Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes**
502 **(Titular), RGP. 6 Região de Gestão de Planej. Seis:** Obrigado, Conselheiro Ricardo. Na
503 sequência, Conselheiro Emerson OP. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), OP-**
504 **HOCUA:** Boa noite novamente. Quero dizer que participei também de muitas oficinas, de
505 toda essa discussão do início da revisão do plano. O Orçamento Participativo teve uma
506 reunião, inclusive a Patrícia esteve presente. Então, foi muito importante também o pessoal
507 conhecer um pouquinho sobre o plano diretor. Quero lembrar também um imprevisto que
508 ocorreu lá na audiência pública, aquela audiência pública um pouco manchada também, que
509 uma hora estava com um problema de fazer a reunião em razão da justiça, outra hora ia
510 acontecer ou não ia acontecer. O nosso conselheiro da região de planejamento oito, o
511 Antonini, foi barrado para entrar dentro da discussão no Araújo Viana. Então, eu acho que
512 isso não pode acontecer novamente com os conselheiros, porque os conselheiros deveriam ter
513 uma espécie de credencial automático, não precisariam nem se identificar lá. São conselheiros
514 da cidade, discutem a cidade, conhecem as regiões de planejamento, conhecem as entidades.
515 Então, não precisaria ter todo esse processo, esse barramento, fica chato. Teve outro
516 conselheiro também, não recordo qual é a entidade que era, também não conseguiu entrar.
517 Então são situações constrangedoras que não são necessárias. Então, a gente tem que melhorar
518 esse processo da participação, principalmente do conselho, ter uma participação maior aí e
519 uma maior valorização. Em relação à composição do conselho, com certeza isso, eu participo
520 quase todas as reuniões do conselho, eu nunca vi essa discussão dentro do conselho. A gente
521 viu a proposta, mas uma discussão dentro do conselho, isso aí nunca existiu. Se tem essa ata
522 aí, que coloquem aí no grupo para a gente ler se existiu essa ata de discussão do conselho.
523 Então nós temos que discutir sim esse propósito aí, porque vai ser um conselho consultivo,
524 pessoal, não tem como. O governo com 50% mais um, vai passar tudo o que quiser. Não tem,
525 não tem discussão na verdade, é só consultar se concordam ou não, mas não vai ter uma
526 discussão digna de debate ou de colocar a sua posição. Então, isso é muito ruim para o
527 conselho, é muito ruim para a cidade também, porque a gente sabe que hoje tem um governo



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

528 que tem uma posição, daqui a pouco pode ter outro governo com outra posição, e a gente sabe
529 como é que fica essa situação. Prejudica bastante o crescimento da cidade muitas vezes, e
530 também se torna meio que monólogo. As nossas reuniões já no virtual às vezes se tornam
531 monólogas. Nós temos que ter também umas reuniões mais presenciais, acredito nisso, porque
532 tem conselheiros que a gente só conhece por vídeo, nunca conversamos nem nos
533 cumprimentamos. Então, é importante também ter essas reuniões presenciais. Eu também
534 quero colocar aqui que gostaria de ver mais as alterações, né, do que que mudou do que nós
535 temos hoje e o que que vai vir de novidade, o que que vai melhorar dentro do novo plano
536 diretor. Já coloquei aí também a questão das regiões de planejamento, ver os territórios, como
537 é que vai ficar a divisão. Então são, é uma série de situações que seria importante ter essa
538 visibilidade, até para saber o que que a gente vai encontrar agora nessa nova revisão.
539 Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), RGP. 6 Região de Gestão de Planej.**
540 **Seis:** Obrigado, Conselheiro Emerson. Na sequência, o nosso estreado, Conselheiro Daniel
541 Tochetto, Metroplan. **Daniel Tochetto (1º Suplente), Fundação Estadual de Planejamento**
542 **Metropolitano Regional – METROPLAN:** Eu não consegui verificar ainda a composição
543 porque não terminou de carregar o link para mim, mas considerando essa possibilidade de
544 retirada da Metroplan e não está prevista uma participação de nenhum ente do governo do
545 Estado, que no caso poderia ser a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano. É
546 de se questionar por que se tem, afinal, uma região metropolitana instituída, onde a intenção é
547 justamente fazer a integração dos planejamentos urbanos dentro de uma escala metropolitana,
548 e também nisso, a compatibilização entre planejamentos urbanos, dada a dinâmica que existe
549 entre municípios. Ou se haveria então um outro conselho em que teria um órgão de
550 planejamento estadual ou metropolitano. E outra dúvida que eu não entendi em relação ao
551 comentário da separação em lei de uso e ocupação do solo, é se isso impacta no
552 funcionamento do CMDUA ou se criaria um outro conselho específico para parcelamento ou
553 uso e ocupação do solo, e o CMDUA ficaria com planejamento e desenvolvimento urbano. É
554 isso. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), RGP. 6 Região de Gestão de Planej.**
555 **Seis:** Eu me inscrevo. Conselheiros, nós temos uma, digamos assim, meio que unanimidade
556 que o Ricardo colocou, e isso é bastante verdadeiro. De todas as pessoas que eu conversei, eu
557 não encontrei uma pessoa que concorde com essa nova composição do conselho. Conversei
558 com todos os três, as participações que tem no conselho, e não identifiquei na discussão que



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

559 nós fizemos, esse item de alteração. Nós, nas mais de 200 reuniões que tivemos, nunca foi
560 discutida essa composição. E ela é uma coisa contraditória pelo seguinte: primeiro aspecto,
561 essa lei que permite, eu não me lembro o nome da lei agora, mas é uma lei federal que permite
562 a participação equilibrada, que está me faltando o termo, paritária. Que é uma lei federal. Por
563 que que surgiu essa lei? Exatamente pelo contrário, era para garantir a participação da
564 comunidade, a participação dos usuários, a participação da população, que eram sufocados
565 nos conselhos pela participação, digamos assim, ou seja, no conselho, se é estadual, se é
566 municipal e tal, e as populações ficavam prejudicadas. Aí se criou essa legislação paritária.
567 Em Porto Alegre acontece o contrário. Isso veio do Gabinete do Prefeito, posso afirmar, e eu
568 acho que não vai ter ninguém para dizer o contrário, até porque, já que não é dos técnicos, de
569 onde veio? Já existia essa vontade há mais tempo. Há uns 3, 4 anos atrás, a gente teve uma
570 oportunidade, eu tive a oportunidade numa reunião da prefeitura em que foi manifestado isso.
571 Não vamos entrar em maiores detalhes, mas era a vontade do prefeito, como se fez. O anterior
572 também, o Marchesan também brigava bastante com os prefeitos aí. A gente sabe disso. Isso
573 contém um grande equívoco. E eu falo muito mais agora para os meus parceiros, que sabem
574 da minha posição, pelo desenvolvimento da cidade contra, contra os caranguejos dessa cidade,
575 que é o seguinte: vamos que os caranguejos ganhem a prefeitura. Vocês se lembram da
576 posição que era desse pessoal? Contra o HPS, o aumento do HPS, contra o aumento do
577 Hospital Moínhos de Vento, na Providência, as expansões que nós tínhamos ali na, os
578 projetos, é uma série de coisas que esse pessoal, que eu chamo de política atrasada, se eles
579 ganham, esse conselho todo deles, deu para Porto Alegre. Deu para Porto Alegre. Vai ter um
580 conselho que não vai permitir que nada avance, porque eles vão ter os 23 mais um, que é o
581 Presidente. Então, isso é um grande equívoco, não sei, eu não vejo maneira de tirar isso hoje
582 do conselho. Vai ter que ser alguma coisa a posteriori, não sei como, gostaria de saber. O
583 Felisberto falou uma coisa que é verdade, tinha uma proposta lá nessas comissões que
584 estavam discutindo o plano, que era retirar e fazer um conselho de 33 membros, mantendo o
585 tripartite, e foi atropelado, literalmente atropelado. Eu, e depois falando com alguns
586 vereadores, que estive falando, eles nem sabiam direito o que estavam votando, que estavam
587 fazendo esse mal para a sociedade, esse regresso, esse atraso democrático que Porto Alegre
588 sofreu. Porto Alegre tem uma grande fama no mundo todo de ser uma cidade mais
589 democrática, uma cidade extremamente democrática. Eu tive a oportunidade de, numa



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

590 ocasião, na Venezuela, e não representava a Prefeitura, não representava nada, fui convidado
591 por uma universidade lá para falar sobre Orçamento Participativo e participação,
592 planejamento urbano. E eu não entendi a quantidade de gente que tinha na minha palestra.
593 Quando eu terminei a minha palestra, eu fui entender, todo mundo chegava para mim e falava:
594 pô, Porto Alegre é a cidade do Fórum Social Mundial, Porto Alegre é a cidade do Orçamento
595 Participativo. Ou seja, nós temos uma fama de democracia no mundo todo e recebemos essa
596 bolsa de água fria em cima de um processo que foi tão bacana de participação. Olha, gente,
597 mais de 200 reuniões discutindo tudo, discutindo muito as coisas, nós discutimos, tanto que
598 esse projeto que tem aí é excelente. É um projeto que destrava a cidade, ele faz uma leitura
599 correta, moderna. Nós vamos para um outro nível de desenvolvimento, é um projeto que não
600 atrapalha a cidade, pelo contrário, promove a cidade. Bom, falou aqui o representante da
601 região seis. Retomando, mais algum? **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva),**
602 **SMAMUS:** Uma questão de ordem, Presidente, do Conselheiro Felisberto. **Luiz Antônio**
603 **Marques Gomes (Titular), RGP. 6 Região de Gestão de Planej. Seis:** Questão de ordem do
604 Conselheiro Felisberto, com a palavra, Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi**
605 **(Titular), RGP. 1 Região de Gestão de Planej. Um:** Obrigado, Conselheiro Gomes. A
606 minha questão de ordem é no sentido assim, que não ofenda quem tenha a visão diferente de
607 cidade. Nós, caranguejo, não é que nós nos ofendemos com ela, mas nós queremos respeito.
608 Porque nós nunca falamos dos técnicos que são a serviço do mercado. Nós poderíamos falar
609 isso, mas nós nunca falamos. Nós estamos discutindo uma questão de cidade, visão de cidade
610 que atenda aos problemas reais e não crie mais problemas. Então, eu peço que, como o
611 senhor, na condução dos trabalhos e como Presidente, se dirija a nós, caranguejos, e que
612 muito nos honra esse título, nós não temos nenhum problema. Nós queremos é ter a
613 capacidade de avaliar a cidade, de propor e que as nossas propostas sejam incorporadas, não
614 por uma maioria eventual, que é o caso da Câmara de Vereadores. Então, é isso, essa é a
615 minha questão de ordem, apenas a ponderação no tratar quem é contrário à discussão desse
616 plano. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), RGP. 6 Região de Gestão de Planej.**
617 **Seis:** Obrigado, Felisberto. Vamos abrir a palavra, começa contigo, Patrícia, para ir
618 respondendo. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Meio**
619 **Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Comigo e depois a Vaneska. Daí,
620 Vaneska, se tiver alguma coisa que repita, que tu tenha a mesma resposta, enfim, vale repetir



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

621 porque às vezes uma complementa a outra. Eu não vou responder todos, mas os que eu
622 respondi, os pontos, eu anotei aqui. O primeiro, o Felisberto, que a gente já teve algumas
623 conversas sobre a questão da regularização fundiária, mas eu quero deixar claro aqui que o
624 que a gente fez, o que a gente propôs ali em relação à regularização fundiária simples, a gente
625 fez um compilado do que constava no PDDUA em relação a isso, ou seja, como se aplica hoje
626 a operação, do que se aplica hoje. Colocamos numa parte específica de forma organizada, e
627 ainda adicionamos, atualizamos a legislação em relação à questão das Reurbs. Isso que nós
628 fizemos. Então, não existe um retrocesso e uma inaplicabilidade em relação a isso, pelo
629 contrário. A gente, todo o fluxo está definido, inclusive foi revisado pela procuradoria do
630 município, foi revisado pelo Demhab junto, então a tendência é que fique ok. Além disso, a
631 gente criou um, uma, um instrumento chamado as áreas de requalificação urbana. Ou seja,
632 hoje o processo de regularização fundiária, ele acontece para questão cartorial e as obras, elas
633 ficam dependendo da conclusão, elas sofrem um processo muito burocrático. Agora, com as
634 áreas de requalificação urbana, a gente vai poder usar, inclusive, os recursos do
635 desenvolvimento urbano para poder aplicar em regularização fundiária em paralelo ao
636 processo de regularização. Ou seja, a gente vai conseguir, inclusive, adiantar as obras. Então,
637 eu acho que vai ser e é um avanço muito grande para dar condições para essas pessoas. Em
638 relação à questão dos quilombos, acho que isso já foi pontuado muitas vezes. A gente
639 considerou essa camada dentro do nosso sistema, dos nossos sistemas estruturantes. No
640 entanto, demarcar quilombos, isso é uma competência, acho que os advogados podem falar
641 melhor do que eu, é uma competência federal, nós não podemos extrapolar as nossas
642 atribuições. Uma vez estando reconhecido na instância federal, obviamente que a gente pode
643 atuar com uma política, apoiando todas as comunidades, que essa é a nossa intenção. Vamos
644 em relação à questão da Jussara, que acho que a Vaneska com certeza vai responder a Jussara,
645 em relação à questão da qualidade dos retornos do processo. Então, eu só queria pontuar que a
646 gente teve um processo bem longo assim, em conjunto com quem quis participar, enfim, a
647 partir dos grupos de trabalho. Só lembrando, por exemplo, a questão da primeira
648 conferência de avaliação do plano diretor, onde a gente fez todo um compilado, a gente
649 organizou as estratégias todas a partir da contribuição de quem esteve participando. A
650 conferência de avaliação, ela foi a base de tudo, a base da onde a gente foi estruturando todo o
651 processo. Para fazer isso, a gente usou a metodologia do guia para avaliação e revisão do



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

652 plano diretor. A gente apresentou essa metodologia nos grupos de trabalho e os resultados,
653 conforme eles iam evoluindo, eles foram apresentados nessas diversas reuniões. Então, eu
654 acho, e isso está nos nossos relatórios, tá? Então, se vocês forem consultar, mais de 3000,
655 5000 páginas a gente tem, descrevendo todo o processo e fazendo esse resultado. A
656 conferência de revisão do plano diretor, ela resultou, então, desse trabalho, dessa metodologia,
657 onde se compilou, então, todas essas, vamos dizer, todos esses objetivos, que é, vamos dizer,
658 a essência do plano é aquele resultado da conferência. O que que a cidade quer para o seu
659 futuro? E aí a gente, enfim, apresentou essa discussão e seguimos evoluindo nas propostas,
660 apresentando nas regiões, apresentando nas comunidades e amadurecendo, sempre abertos
661 com quem queria conversar conosco, entrar em contato conosco. Quem mais contribuiu teve
662 retornos. Tem partes do plano diretor, inclusive, que são reflexos diretos de contribuições de
663 comunidades que quiseram se manifestar. Com certeza a Vanesca tem mais a pontuar sobre
664 isso, tá? Não sei se, bom, talvez a Gabriela quisesse comentar um pouquinho a respeito da
665 questão do regimento, né? **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva),**
666 **SMAMUS:** Posso, posso. Patrícia, acho importante, na medida em que veio a contribuição, e
667 como eu estava lá, então eu até comentei aqui que gostaria de deixar registrado. Conselheiros
668 e todo o público que nos assiste, como todos os eventos que a SMAMUS propõe e dentro da
669 equipe do plano, sempre se faz uma organização prévia. Então, no caso da audiência pública,
670 foi demandada uma equipe com mais de 50 colaboradores. Nós trabalhamos com inscrições,
671 com lista de presenças, com pulseiras, com credenciamento, com horários pré-definidos.
672 Então, obviamente que algumas pessoas, embora tivessem o edital, embora soubessem o
673 horário de chegada, chegaram depois. Então, assim, fica o registro de que quem, eu estava lá,
674 né, todos nós aqui estávamos lá, mas eu, enquanto organizadora, quem não entrou na
675 audiência pública foi porque chegou muito aquém do horário que já estava previsto no edital.
676 E nós, então, enquanto organizadores, seguimos as regras que foram previamente e
677 amplamente divulgadas. Obrigada, Patrícia. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular),**
678 **Secretaria de Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**
679 **SMAMUS:** Eu que agradeço. Daí, seguindo então, respondendo o Ricardo, né? Enfim, acho
680 muito importante o pedido efetuado pelo Ricardo. Só que o que que acontece, tá? Esse projeto
681 vem com as emendas e ele é compilado pela própria câmara. Então, existe lá a diretoria
682 legislativa que vai fazer essa compilação. Então, não tem como nós fazermos nesse momento,



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

683 vamos dizer, identificar que o resultado final foi esse, né? A gente, enfim, em algum outro
684 momento pode discutir um ponto ou outro. Sem problemas, a gente fica à disposição, vamos
685 dizer, de todos os agentes atuantes do espaço público de maneira coordenada. Hoje a gente
686 tem as CTAPs que faz esse papel, atuando lá no parcelamento do solo, mas a gente viu que
687 muitas vezes vem uma demanda, até muitas vezes do Governo do Estado, Governo Federal, e
688 que a gente acaba tendo que usar uma instância que não existe para poder fazer essas
689 compatibilizações. Então, esse comitê de gerenciamento do espaço público, ele vai buscar
690 articular melhor a implementação desses projetos de espaço público de forma coordenada, nos
691 moldes do que hoje é a CTAPs. Então, respondendo objetivamente a pergunta, é esse comitê.
692 E aí depois a gente tem o Comitê do Estudo de Impacto de Vizinhança. Por quê? Porque são
693 os empreendimentos de grande impacto. Normalmente eles vão ter mitigações, compensações
694 e que também vão precisar de uma orquestra assim, dos órgãos públicos para fazer essas
695 compatibilizações. No caso, esses projetos vão para o conselho. Então, eles têm pequenos
696 projetos, enfim, eles conseguem os seus ritos normais, assim como hoje, mas grandes projetos
697 seguem, vamos dizer, na instância seguinte indo para o conselho. Então, não sei, acho que
698 respondi a tua pergunta objetivamente isso. Tudo isso ainda vai passar por uma
699 regulamentação, então, como é que vai funcionar, enfim, isso ainda vai ser detalhado. Acho
700 que a Vaneska pode complementar aí ou concluir as respostas. **Vaneska Paiva Henrique (1º**
701 **suplente), SMAMUS Sec. Mun. do Meio Amb. Urbanismo e da Sust.:** Tá, obrigada. Então,
702 boa noite a todos. A gente sempre fica muito feliz de poder vir discutir as questões do plano
703 diretor na SMAMUS, sempre é uma oportunidade boa para a gente buscar esclarecer algumas
704 questões. Eu busquei registrar no chat algumas respostas, só para poder colocar os links
705 também para os conselheiros. Eu sou uma pessoa de bastante sorte, como a Patrícia já
706 respondeu a maior parte dos questionamentos, eu vou pontuar, de repente, reforçar algumas
707 partes, né, Patrícia, que ajudam a comunicar talvez alguma ou outra questão que ajude a
708 esclarecer, porque muitas das coisas que a gente está dizendo aqui não trazem também
709 nenhuma novidade. A gente está reforçando informações que a gente tem aí que são de ampla
710 divulgação. Então, eu não vou me eximir assim de falar que é importante, já que foi falado
711 tanto da composição do conselho, que é importante a gente não confundir essa paridade que
712 está sendo proposta com a redução da participação social. Ela continua sendo essencial, ela
713 está preservada, né? E o debate que a gente está fazendo aqui é da forma da composição do



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

714 conselho. E daí, como o Conselheiro Gomes comentou, eu vou deixar registrado aqui que a
715 legislação municipal, que eu entendo que estava se referindo à LC 661 de 2010, que previa a
716 maioria de alguns grupos sociais, esse dispositivo, ele foi revogado pela 940/22, e por isso
717 existiu então esse espaço legal para a revisão da composição, até onde eu entendo. Eu entendo
718 também, e daí a Patrícia pode me complementar nesse ponto, que a gente vai ter um momento
719 aí de qualificação de como vai se dar a participação social em alguns projetos, né, Patrícia?
720 Os planos territoriais, os projetos mais específicos, né? Então, eu entendo que nessa
721 regulamentação a gente pode também destacar esse papel dos conselheiros, principalmente
722 das regiões que representam essa população na construção desses projetos e desses planos
723 específicos. Acho que isso é uma questão importante e que a gente pode trabalhar. E daí eu
724 não vou poder deixar também de me manifestar em relação às pessoas que chegaram
725 atrasadas na audiência do plano e não conseguiram ingressar. Em qualquer, inclusive
726 concursos de certame público, em vestibular, em diversos eventos, faz parte da democracia
727 existirem regras. As pessoas têm que chegar, eu sei que só pessoas que não seguiram a regra
728 do edital não ingressaram ou que estavam portando algum tipo de arma. É o que eu sei e o que
729 chegou para nós como técnicos e pessoas que não conseguiram ingressar naquela audiência
730 pública. E isso é importante destacar, porque parece que a gente estaria de alguma forma
731 selecionando quem ingressaria no Araújo Viana e isso de forma alguma foi feito, né?
732 Inclusive, porque muitas pessoas se manifestaram de maneira extremamente hostil com
733 relação à proposta, com relação aos técnicos e a gente estava lá e vivenciou, né? Ninguém foi
734 barrado por questões ideológicas, enfim, que é uma palavra que eu também não utilizo. Em
735 algum momento falou aí que a gente estaria seguindo essa ou outra ideologia. Não é algo que
736 consta em nenhum dos nossos relatórios, nossas manifestações, a Patrícia pode também
737 reforçar. Com relação ao sistema de gestão, eu entendo que não teve mudança mesmo em
738 relação à composição do sistema de gestão, né, Patrícia? Continua sendo previsto o Centro de
739 Inteligência Territorial, em que a gente crê muito, que é a forma da gente fazer. Hoje a gente
740 teve um evento na secretaria que se falou essa questão do funcionamento do plano enquanto
741 sistema, essa vinculação com dados, com informações e como a gente pode trabalhar isso nos
742 próximos anos, acho que é um desafio bastante grande. Eu, particularmente, entendo que a
743 ideia de descolar essa estrutura na forma de um instituto ou qualquer outra que seja, como é
744 algo que a gente vê na experiência, principalmente dentro do nosso país, acaba distanciando a



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

745 elaboração prática e a implementação desses projetos da conceituação. A gente vê que a gente
746 não tem maturidade muitas vezes para fazer essa separação nesse momento, e que a gente
747 precisa trabalhar junto com quem está implantando as ações no território como forma de
748 realmente garantir que isso funcione, né? Acho que seriam esses pontos. Eu não sei se eu
749 esqueci de algum ponto específico, eu peço para os conselheiros me lembrarem que a gente
750 vai respondendo aqui, acho que esse formato é bom. E concordo com os conselheiros, acho
751 que em algum momento a gente poderia fazer um encontro presencial porque isso acaba nos
752 dando a oportunidade até da gente tencionar algumas questões, né? Como a gente acaba
753 falando, eu fico em dúvida, às vezes escrevo no chat, eventualmente pode ser que seja
754 interpretado de uma outra forma e por isso é importante falar também. Muito obrigada.

755 **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), RGP. 6 Região de Gestão de Planej.**
756 **Seis:** Obrigada, Vaneska. Nós vamos abrir uma segunda rodada com um tempo um
757 pouquinho menor, de 3 minutos. E aí no espaço, é o máximo de cinco pessoas. Nós já temos
758 Felisberto e o Jackson. Então, quando completar cinco, se completar cinco, eu, três minutos
759 agora. E vamos fazer respeitar os três minutos porque nós estamos com um limite de tempo,
760 né? Eu aviso os 30 segundos antes e corto depois se a pessoa insistir em passar. Então, dando
761 início, abrimos com o conselheiro número um, Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular),**
762 **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Bom, quero dizer que em nenhum
763 momento eu faltei com o respeito com a Patrícia ou com a Vaneska. É contrariedade e divisão
764 de cidade. E eu sempre digo, uma coisa que eu aprendi na vida é ler e interpretar, porque faz
765 parte do advogado, e que este ano eu faço 50 anos interpretando e analisando processos.
766 Então, interpretar as coisas faz parte do meu lado profissional. Então, eu sei ler, sei interpretar
767 as coisas e tenho conhecimento da realidade no território. Então, experiência do Orçamento
768 Participativo, não há 5, 6 anos, mas há 37 anos. Então, a experiência de conhecimento do
769 território, de solucionar os problemas com a comunidade, faz parte do meu aprendizado. E o
770 aprendizado tem que ser coletivo. A metodologia está errada. A metodologia tem que se
771 construir com as pessoas, não é um que vai aparecer o conhecimento técnico. É pegar a
772 realidade, o problema, ouvir as pessoas e construir alternativas. Essa é a nossa diferença. A
773 cidade real está aí e nós estamos criando mais problemas. O tempo vai provar. Nada melhor
774 do que o tempo. Então, quer dizer, e ninguém vai me dar carteiraço. Ninguém! Quem quer
775 que seja. Eu sei ler, sei interpretar as coisas e tenho conhecimento da realidade no território.



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

776 Então, a experiência do Orçamento Participativo há 37 anos, a experiência de conhecimento
777 do território, de solucionar os problemas com a comunidade, faz parte do meu aprendizado. E
778 o aprendizado tem que ser coletivo. A metodologia está errada. A metodologia tem que se
779 construir com as pessoas, não é o que vai aparecer o conhecimento técnico. É pegar a
780 realidade, o problema, ouvir as pessoas e construir alternativas. Essa é a nossa diferença.
781 Entendeste? Essa é a nossa diferença. É o método que é utilizado para interpretar um
782 determinado fato histórico ou um problema. Então, se constrói soluções com as pessoas e para
783 as pessoas, e não para os interesses que algum especulador. Já estou concluindo, obrigado.
784 Então assim, eu quero dizer, Patrícia, eu tenho o maior respeito por ti, mas eu quero que
785 mostre qual o projeto de regularização fundiária e urbanística que vocês têm para determinada
786 região. O que eu vejo é uma operação urbana consorciada ameaçando territórios quilombolas,
787 ameaçando comunidades, e não venha me dizer que não está ameaçando. E eu ouvi aqui
788 dentro dessa secretaria por um técnico da edificação positivo, não existe edificação positiva.
789 Eu desafio, e aí é um desafio, a competência se mede com o problema real, da solução dentro
790 do território. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento**
791 **Seis – RGP. 6:** Obrigado, obrigado, Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região**
792 **de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Então é isso, eu quero deixar isso consignado e
793 obrigado se eu extrapolei um pouco o tempo. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular),**
794 **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Muito obrigado, Conselheiro Felisberto.
795 Na sequência, Conselheiro Jackson. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular),**
796 **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Bom, notícia de última hora: o Bessias,
797 relator do Habeas Corpus, foi rejeitado pelo Senado pela primeira vez na história deste país.
798 Mas enfim, vamos ao nosso campinho aqui. Bom, com relação a essa turma que se posiciona
799 contra tudo, vale lembrar que muitos desses que se posicionaram contra o Pontal, por
800 exemplo, do Pontal do Cristal, hoje usufruem lá belamente, desmentindo que seria uma área
801 privada, que seria cobrada para se chegar até a orla do Cristal, não aconteceu. Muito pelo
802 contrário. Tive a oportunidade de encontrar um vereador, que eu não vou citar o nome por
803 uma questão que é tão insignificante que não vale a pena, panfletando sobre o seu trabalho
804 naquela região e eu disse para ele: "Vereador, o senhor não era contra este local aqui? O
805 senhor está fazendo o quê?". "Ah, meu senhor, o senhor que pensa assim". "O senhor esteve
806 lá numa reunião do conselho falando contrariamente sobre isso". Mas enfim, era esse o meu



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

807 registro só. Obrigado, Presidente. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de**
808 **Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Jackão. Conselheiro atuante, tão jovem
809 quanto eu no conselho, 10 anos, Jackão? Bom, na sequência, Conselheiro Ricardo Ruschel.
810 **Ricardo Vellino Ruschel (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de**
811 **Arquitetura – ÁREA:** Vamos lá. Para a Vaneska. Vamos debater, Vaneska. Esse assunto é
812 bom, do sistema de gestão do planejamento. Eu concordo contigo, acho que a gente ainda não
813 tem maturidade para criar uma espécie de instituto. Haja vista que a gente está vendo, por
814 exemplo, até em Curitiba, o IPPUC, que vem lá da década de 60, está meio que sendo
815 esvaziado. Então, acho que isso é um problema. Mas o que eu vejo assim, que eu rogo pelo
816 fortalecimento cada vez maior do sistema de gestão de planejamento, é um exemplo típico
817 que está acontecendo agora em Porto Alegre. Ontem veio a notícia daquele desvio que vão
818 fazer no viaduto da Conceição, que é para melhorar o desvio dos veículos, não me lembro
819 exatamente o que é. Mas, por exemplo, isso deveria estar integrado ao planejamento da
820 cidade, o planejamento urbano. Quer dizer, deveria ter um órgão que faz esse comando, que
821 daí, daqui a pouco, demande isso para a Secretaria de Mobilidade, para uma EPTC da vida,
822 mas que isso saia do planejamento urbano da cidade, que exista um fortalecimento desse setor
823 de planejamento. E é isso que eu não vejo acontecendo hoje em dia. Acho que em qualquer
824 cidade do Brasil está acontecendo isso. Então, é mais essa questão que eu bato muito nessa
825 tecla. Não precisa necessariamente ser: "Ah, vamos criar um instituto, vamos burocratizar
826 mais, vamos criar mais uma secretaria, vamos ter mais um custo". Acho que não. Mas eu acho
827 que o planejamento urbano tem que ser o centralizador dessas ações e das diversas demandas
828 para poder pensar na cidade no curto, médio e longo prazo. É isso que eu insisto muito que,
829 pelo que eu olhei, digamos assim, na lei do plano, me parece que vai ao encontro,
830 principalmente quando a gente está falando de dados também. Essa questão dos dados é muito
831 importante, porque qualquer empresa hoje, quem não tem dados, quem não tem acesso aos
832 dados não gerencia. E hoje acredito que a gente não tem acesso aos dados, não sei, aí tu me
833 corrige se eu estiver errado. Enfim, acho que é um debate longo aí, que não precisa ser
834 esgotado agora. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**
835 **Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Ricardo. Bom, nós não temos mais inscrito. Então,
836 eu passo a palavra para as respostas. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de**
837 **Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Pode ser



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

838 comigo e daí eu vou dar uma provocadinha ali para a resposta da Vaneska em relação à fala
839 do Ricardo. Primeiro a fala do Felisberto. Ele fala da questão da cidade real. Eu acho que isso
840 já faz o link, então, com o Ricardo e com a Vaneska, na questão do planejamento feito por
841 quem enfrenta os desafios da cidade real, que é o que a gente faz. Então, a gente buscou,
842 ouvindo as pessoas, mas sendo, ao mesmo tempo que a gente ouve, ali na ponta, tentando
843 resolver os problemas reais da cidade, a gente atua também. Como a gente tem essa questão
844 da solução de problemas, então a gente buscou construir uma proposta que entendo que ela
845 vai estar azeitada entre o desenvolvimento da cidade. Então, a gente tem a experiência da vida
846 real, claro, da nossa parte aqui, Prefeitura, no sentido de buscar a solução de problemas.
847 Então, toda a nossa experiência em relação à solução de problemas a gente buscou aplicar ali
848 no processo. E aí, colocando, bom, qual o projeto de regularização fundiária que a gente tem,
849 só colocando que a gente não consegue fazer tudo ao mesmo tempo, que a gente tem alguns
850 projetos prioritários, alguns projetos que a gente chamava desde o começo lá, piloto. E o
851 primeiro piloto deles é o projeto das Ilhas, que inclusive as comunidades estão, junto com a
852 nossa equipe, em processo participativo no dia de hoje e nessa semana. Dentro desse projeto
853 das Ilhas, a gente vai trabalhar regularização fundiária, reassentamento dentro das próprias
854 Ilhas, vinculado com projetos urbanos de melhoria daquelas comunidades, buscando melhorar
855 a convivência daquelas comunidades com a questão das cheias. Então é um projeto que,
856 vamos dizer, seria um modelo de tudo que a gente está buscando pensar, especialmente para
857 comunidades vulneráveis. Então, respondendo bem objetivo, esse é o nosso piloto e o que,
858 dando certo, a gente pretende usar esse modelo para outros territórios. Logo em seguida a
859 gente pretende fazer uma apresentação e fazer uma discussão do projeto aqui no conselho.
860 **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP.**
861 **6:** Que vai ser presencial. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal**
862 **de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** E podemos fazer
863 presencial. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Meio Ambiente,**
864 **Urbanismo e Sustentabilidade – Smamus:** Então, para complementar as respostas, acho que
865 uma questão importante. Eu não vou resistir, depois da provocação do Conselheiro Felisberto,
866 porque realmente a gente, sério mesmo, nós fizemos metodologias que nós conseguimos
867 registrar de participação social. A exposição, inclusive, foi uma a mais. Não teve um tipo que
868 a gente não tenha feito. Nós fizemos desde a audiência na ponta, a gente foi retrocedendo.



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

869 Inclusive o plano de São Paulo, por exemplo, que é elogiadíssimo, nós estudamos tudo o que
870 foi colocado ali da forma da participação social e como ela foi realizada e fizemos além do
871 que está ali, num plano que foi considerado extremamente participativo. Eu entendo que a
872 gente não discorda, eu acho importantíssima a participação social, por isso que eu fiz tantos
873 eventos junto com meus colegas de participação social. Então, eu não sei, a gente está aqui
874 num *looping* que, às vezes, eu sinto que parece que a gente está falando duas línguas
875 diferentes, mas eu gostaria de deixar isso registrado. Com relação aos dados, a gente tem que
876 avançar muito. A gente conseguiu, nos últimos anos, ter um avanço importante em que a
877 gente constituiu o GeoPOA, onde a gente tem ali uma série de dados onde a gente já
878 conseguiu capturar. A gente tem feito avanços incríveis, que eu quero ter a oportunidade de
879 mostrar aqui no conselho, de conexão entre as bases municipais a partir dos expedientes
880 únicos, a partir de informações que, historicamente, a gente tinha tramitando cada coisa numa
881 ilha, e isso nos dificultava muito fazer a correlação de dados espaciais e realmente poder fazer
882 propostas embasadas. Porque, realmente, a cidade real, ela vem daí, da gente saber o que está
883 acontecendo. Muitas vezes a gente trabalha com o recorte, e daí, se a gente trabalha com os
884 dados da Fazenda, eventualmente aquilo que é irregular, a gente não vai ter nessa base. Mas
885 daí, como falou a Patrícia, a gente tem avançado nesses projetos territoriais que vão trazer
886 esses insumos locais. Então a gente está conseguindo, em meses, avançar coisas que a gente
887 não conseguia avançar em anos. Então isso está me deixando muito, muito otimista mesmo.
888 Eu entendo que vai ser bem importante poder contar com o conselho, até para na ponta estar
889 conseguindo dados com as comunidades. Tem conselheiros aqui que se envolveram
890 profundamente na participação social, trouxeram muitas informações e, como o Conselheiro
891 Jackson falou, foram incorporadas no plano como previsão de projetos territoriais, como
892 adaptações dentro da estrutura espacial do plano. Então, acho que a gente tem uma
893 oportunidade muito grande. Acho importante a gente continuar mobilizado, acho importante
894 que os conselheiros desse conselho são muito engajados, muito envolvidos, e entendo que
895 todo mundo que expressou suas impressões aqui é porque tem um engajamento muito
896 importante. Então, vamos lá, pessoal. E acho que o registro que entenderem necessário fazer,
897 a gente apoia, como sempre apoia as manifestações do conselho. E acho importante a gente
898 pensar, a partir do momento que o plano diretor está ok, que a gente consiga, na
899 regulamentação, incorporar aí tudo o que a gente entende importante. E eu esqueci de falar



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

900 uma coisa, eu não sei quem foi que falou de gentrificação positiva aqui na secretaria, até
901 gostaria de saber. Porque eu sei que eu não falei, a Patrícia não falou sobre isso. Talvez isso
902 faça sentido para alguém que defenda o congelamento dos bairros jardim, aí eu deixo essa
903 provocação também, que daí eu acho que é um tipo que talvez converse com essa
904 manifestação, conselheiro. Obrigada. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de**
905 **Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Está certo, perfeito. Obrigado, Vaneska. Patrícia,
906 obrigado. Conselheiros, foi mais uma oportunidade de fazermos uma discussão aqui dentro.
907 Então, vamos nos preparar já para as questões mais objetivas, dessas discussões aí que estão
908 apontando, inclusive, e dando sequência aos trabalhos. Aí ficar de olho no que está
909 acontecendo lá na câmara, quem pode ir lá, quem não pode ir lá. E, Vaneska, eu estou bem
910 quietinho com a questão da cidade jardim, porque as donas de casa viraram especialistas em
911 urbanismo, não imagina o horror numa cidade jardim, um dos bairros cidade jardim. E é
912 chocante a sabedoria popular. E também uma coisa muito chata que acontece, são colegas
913 arquitetos que conhecem, fazendo manipulações de informação. Isso é muito triste. Aí eu não
914 sei se é porque não conhecem, mas eu acho que conhecem, ou se realmente estão fazendo a
915 manipulação dos dados para tentar levar as coisas para um outro lado. Mas isso faz parte da
916 vida, faz parte da política e faz parte da democracia. Meus queridos conselheiros, muito
917 obrigado pela atenção de vocês. Tenham uma boa noite e até a próxima reunião, que
918 estaremos aqui em pé e à ordem. Obrigado.

919 *Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de*
920 *Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 20h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim,*
921 *Patrícia Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de*
922 *veracidade.*